

A PRESENÇA DA FUNÇÃO HISTÓRICO-MEMORIAL NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NACIONAIS (1972-2011): (DES)CAMINHOS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA NO CAMPO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO

Rodrigo Costa Japiassu¹

RESUMO

Apresenta as relações da memória com a Arquivologia sob a perspectiva da História-Memória para analisar a influência desses eventos na produção de conhecimento arquivístico no Brasil, mesmo antes do surgimento da noção de sociedade da informação na Ciência da Informação. Faz-se um breve histórico da função histórico-memorial nos arquivos, desde a Antiguidade até os dias atuais. Utiliza-se metodologia quali-quantitativa para se verificar o peso desta função sobre o conhecimento arquivístico registrado em periódicos científicos brasileiros, a partir de consultas à base BRAPCI e aos periódicos Acervo, Estudos Históricos e Arquivo & Administração. Conclui que a função histórico-memorial possui importância periférica no campo arquivístico brasileiro, especialmente após o ano 2000.

Palavras-chave: Arquivologia brasileira. Memória. História. Função histórico-memorial. Conhecimento arquivístico. Sociedade da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Área do conhecimento em processo de redefinição de seu objeto segundo alguns autores, a Arquivologia inicialmente surge na historiografia da área como disciplina auxiliar da História. Tal constatação é recorrente, inclusive, quando da constru-

¹ Técnico Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral/Rio de Janeiro (TRE/RJ), sendo Assistente de Chefia da Seção de Gestão Documental e Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos desta instituição. Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em Informática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Especialista em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e mestrando em Ciência da Informação pela UFF. E-mail: rcjapiassu@yahoo.com.br.

ção inicial de seu (até hoje escasso) corpus teórico e do objeto de estudo arquivístico, caracterizado inicialmente como o arquivo, ainda que desafiado, atualmente, pela emergência da *informação arquivística* como seu novo objeto.

Este artigo baseia-se em reflexões ampliadas a partir dos resultados de trabalho de conclusão de curso em Arquivologia realizado na Universidade Federal Fluminense. Nesse trabalho, buscou-se observar como se desenvolve a produção de conhecimento arquivístico em periódicos científicos brasileiros nos campos informacional e histórico nas perspectivas da memória/história (função histórico-memorial) e da gestão/administração (função administrativo-gerencial), sendo destacada aqui apenas a primeira perspectiva. Foi escolhido o período de 1972 a 2011 para a análise dos resultados.

A escolha destes periódicos como campo empírico e do marco temporal decorreram da observação de que estes eram as únicas fontes de informação que permitiam verificar de forma ininterrupta a trajetória da produção de conhecimento arquivístico no Brasil no período em questão, considerando-se a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, como marco inicial da institucionalização do campo arquivístico brasileiro (FONSECA, 2005; SANTOS, 2010). Somente após tal criação é que se começa efetivamente a fomentar a produção de conhecimento científico referente à Arquivologia brasileira.

Quando se fala da incidência dos temas história e memória na Arquivologia, do que se fala na verdade? Diversos autores nas áreas de Ciências Humanas e Sociais associam tais temas a questões passíveis de serem trabalhadas no campo arquivístico como processos de esquecimento, seleção ou mesmo legitimidade institucional (RICOEUR, 2007; THIESEN 1997).

A partir da leitura desses autores, pode-se pensar em uma função histórico-memorial como aquela em que os arquivos são mobilizados predominantemente para fins de promoção/invenção de uma “memória nacional” ou institucional, naturalizando-se e reificando-se agentes políticos que sejam considerados dignos de serem *monumentalizados*. Nessa perspectiva, também se podem considerar documentos como monumentos, de acordo com a construção realizada por Le Goff (2003).

2 METODOLOGIA

Para verificar o estado da arte da Arquivologia brasileira em relação aos termos *memória* e *história*, foram utilizados os seguintes métodos para seleção de literatura arquivística nos periódicos dos campos informacional e histórico²:

- 1) Levantamento em bases de dados com termos associados aos temas *memória* e *história*;
- 2) Análise quali-quantitativa dos resultados da pesquisa empírica; e
- 3) Síntese dos resultados, articulando com as relações entre história/memória e arquivo.

Para a definição do campo empírico foi utilizada, inicialmente, a base de dados BRAPCI³, desenvolvida pela UFPR. Nesta base, optou-se pela busca de artigos com temáticas arquivísticas, identificando-se os seguintes termos nos campos “Palavras-chave”, “Título” e “Resumo”, no que tange à função histórico-memorial: *arquiv...*, *histori...* e *memori...*. Como temáticas arquivísticas entendemos aquelas que dizem respeito ao arquivo e/ou à Arquivologia (e suas respectivas construções teóricas) como objeto principal ou ao menos significativo dos artigos selecionados.

Inicialmente, foi utilizado somente o termo *arquiv...* na base de dados BRAPCI. Contudo, como observou-se a presença de vários artigos em língua estrangeira nos periódicos científicos abrangidos por aquela base, optou-se pela inclusão do termo *archiv...* no campo empírico deste trabalho. Esta opção permitiu a recuperação de artigos com temática arquivística em inglês, espanhol e francês na base BRAPCI, que também foram considerados para a análise do campo empírico.

Contudo, como verificou-se que importantes periódicos brasileiros com edições contendo temáticas arquivísticas – tais como *Estudos Históricos*⁴, *Acervo*⁵ e muitos fascícu-

² É importante considerar que há poucos títulos dedicados exclusivamente à Arquivologia, razão pela qual foi necessário ampliar a abrangência do levantamento para todo o campo informacional e para o campo histórico – neste caso, observados os casos onde se verificou interações com o campo arquivístico –, buscando-se, entretanto, apenas os artigos de temática arquivística.

³ <http://www.brapci.ufpr.br>

⁴ <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>

⁵ <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/index>

los da *Arquivo e Administração*⁶ não estavam abrangidos por aquela base, optou-se por incluí-los no campo empírico deste trabalho. Tal opção foi feita por constatar-se a relevância destes periódicos na disseminação do conhecimento arquivístico brasileiro. Para estes periódicos, foram utilizados os mesmos critérios de seleção de artigos feitos na base BRAPCI, recuperando-se, no total, 316 (trezentas e dezesseis) referências nos quarenta anos cobertos⁷.

Cabe ressaltar que foram desconsiderados no campo empírico deste trabalho os artigos que tenham sido recuperados somente com os termos *arquiv...* ou *archiv...*, mas em que não fosse reconhecido nenhum dos temas associados à memória/história (função histórico-memorial).

Deve-se indicar que, como verificou-se a existência de artigos com mais de um dos termos supracitados, a soma dos termos encontrados nos artigos pesquisados em determinado período será sempre maior do que o total de artigos encontrados com o emprego dos critérios já descritos anteriormente.

Pode-se, ainda, encontrar artigos de temática arquivística sem o emprego dos termos *arquiv...* ou *archiv...* nos campos pesquisados, bem como pode-se encontrar a presença de artigos relacionados à função histórico-memorial ou administrativo-gerencial apenas com o emprego de um desses dois termos. Neste caso específico, procedeu-se à leitura do texto completo do artigo sempre que necessário, para se observar a eventual existência de estruturas argumentativas relacionadas a uma destas funções. Foram identificadas as abordagens temático-discursivas dos artigos lidos, que foram relacionadas a uma função específica, ou mesmo a outra abordagem não relacionada à função histórico-memorial ou administrativo-gerencial. Artigos sem abordagens relacionadas a uma destas duas funções foram excluídos do campo empírico deste trabalho.

Em relação à função histórico-memorial, como observou-se o uso apenas retórico dos termos *memori...* e *histori...* em diversos artigos, procedeu-se à leitura do texto dos artigos nos quais restaram dúvidas quanto à efetiva presença desta função. Foram listados os termos que realmente não denotavam a presença da referida função nos arquivos,

⁶ As revistas digitalizadas podem ser encontradas nos seguintes sites: <http://www.aab.org.br/?cat=20> (entre 1972 e 1999) e <http://www.aab.org.br/?cat=44> (período entre 2004 e 2012).

⁷ Incluídos os artigos científicos referentes à função administrativo-gerencial, que não serão abordados neste artigo.

bem como o(s) motivo(s) relacionados para a exclusão do campo empírico dos respectivos artigos, sempre exemplificando-se o uso desses termos.

Para o levantamento e a análise dos resultados da pesquisa empírica, utilizou-se metodologia quali-quantitativa. Quanto à abordagem quantitativa, Minayo e Sanches (1993, p. 241) destacam que “quanto mais complexo for o fenômeno sob investigação, maior deverá ser o esforço para se chegar a uma quantificação adequada”.

Quantificar esses resultados possibilita a verificação de tendências na produção de conhecimento arquivístico que não podem ser ignoradas, sendo expressas através da utilização de gráficos e tabelas. Oliveira (2003, p. 56), citando Thiollent (1984), diz que, para este autor, “as quantificações, dados e mensurações fortalecem os argumentos e constituem indicadores importantes para as análises qualitativas”.

Assim, tão ou mais importante do que a quantificação é a utilização da análise qualitativa. Esta abordagem privilegia a possibilidade de interpretação de dados em situações concretas, por meio da problematização de aspectos históricos e sociais de sujeitos e objetos de uma pesquisa, inclusive os passíveis de quantificação. Minayo e Sanches (1993, p. 244) consideram que “a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza”.

Para se analisar as estruturas argumentativas mobilizadas pelos artigos relacionados à função histórico-memorial nos arquivos, inicialmente realizou-se uma seleção de amostra desses artigos. Procedeu-se à divisão do total de artigos para cada ano (referente a essas funções) por 4 (quatro), arredondando-se para cima sempre que o resultado da divisão fosse maior ou igual a 0,4. Posteriormente, fez-se uma seleção aleatória dos artigos nos anos em que o resultado dessa divisão não fosse igual a zero.

O próximo passo foi a análise qualitativa dos artigos selecionados. Para tanto, primeiramente foram descritas as estruturas argumentativas verificadas nesses artigos. Em seguida, com base nas estruturas argumentativas, analisou-se criticamente como estas foram mobilizadas para a caracterização da função histórico-memorial nos arquivos brasileiros, nos períodos de 1972 a 1999 e de 2000 a 2011. Para o uso destes marcos temporais, considerou-se como marco divisório a eventual influência da noção de *sociedade da informação* no processo de construção do conhecimento arquivístico brasileiro. Verificou-se também como os artigos relacionados a esta função tratam da menção ao termo *socieda-*

de da informação, após busca nos campos “Palavras-chave”, “Título”, “Resumo” e, ainda, no corpo do texto destes artigos.

3 ALGUMAS RELAÇÕES DA MEMÓRIA NA ARQUIVOLOGIA

Em artigo recente, Oliveira e Rodrigues (2011) relataram pesquisa em que estabeleceram três categorias de memória utilizadas na produção de conhecimento na área de Ciência da Informação (daqui em diante, CI). Apesar de indicarem a CI, importa ressaltar que o artigo originou-se de uma tese de doutorado⁸ com abordagem eminentemente arquivística, refletida, inclusive, na área acadêmica da autora e de sua orientadora, ambas atuantes na Arquivologia, sendo tais categorias listadas a seguir:

- Categoria 1 - Memória humana: artigos que, ao abordar o tema memória, dirigem seu foco para a faculdade humana de conservar, recordar e transmitir informações, sentimentos e experiências, bem como sua relação com os processos cognitivos;
- Categoria 2 - Memória artificial: artigos que têm como foco a memória exteriorizada como extensão da memória humana, uma memória adicional possibilitada por recursos tecnológicos, ou um procedimento técnico que permite sua fixação e facilita sua recuperação, seja uma técnica mnemônica, um registro escrito ou um disco rígido;
- Categoria 3 - Memória social: artigos cujo foco recai sobre os registros da informação como memória socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, estejam eles institucionalizados (compondo os acervos de arquivos, bibliotecas e museus) ou não (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2011, p. 315).

As autoras consideram o estudo da memória numa perspectiva baseada nos trabalhos dos cientistas da informação Wersig e Neveling (1975)⁹ e do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Aqui, trata-se de reconhecer uma situação ambígua,

“na qual caberia à CI atender às demandas de uma sociedade que valoriza o efêmero e a velocidade [na perspectiva da *modernidade líquida* de Bauman], em detrimento da permanência e, conseqüentemente, da construção de uma memória social [na perspectiva da função social da CI, de Wersig e Neveling]” (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2011, p. 313).

⁸ OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na Ciência da Informação**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

⁹ WERSIG, Gemot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information Science. **The information scientist**, v. 9, n. 4, 1975.

Pode-se entender que as perspectivas trazidas pelos estudos de Bauman e de Wersig e Neveling também podem ser aplicadas ao estudo da memória na Arquivologia. Consideramos pertinente a utilização dessa perspectiva também em âmbito arquivístico pela percepção de que estas características também ocorrem para a produção e compartilhamento de memória de diferentes vertentes (social, institucional etc.) que leve à produção de documentos arquivísticos.

Salek e Freitas (2011) incluem a temática da memória entre os recortes temático-discursivos da categoria cultural levantada em estudo sobre a produção do campo informacional. Deve-se observar que, segundo estas autoras, os aspectos referentes à oralidade também fazem parte da mesma categoria. A relação entre memória e arquivo será mostrada a seguir.

Construiu-se um discurso no campo arquivístico de que haveria uma associação original entre arquivo e memória e que teria, inclusive, ajudado na construção inicial da Arquivologia como uma das áreas do conhecimento. Contudo, seria mais pertinente considerar-se que, na verdade, há relações mais estreitas (e opostas, para autores tais como Pierre Nora) envolvendo a História (em vez do arquivo) e a memória.

Iniciemos pela memória. As sociedades mais tradicionais promoviam a perpetuação da memória basicamente pela oralidade e pela criação e transmissão de mitos, ritos e tradições locais através das gerações. Por meio desses processos é que os integrantes dessas sociedades reconheciam-se como indivíduos que compartilhavam valores comuns, passíveis de serem rememorados por canais memoriais, que são locais e momentos de socialização da cultura de um grupo, com vínculo afetivo. Praças, cultos, igrejas, celebrações de cunho religioso e festas folclóricas são alguns exemplos. Tais grupos são reconhecidos como *sociedades de memória*, evidenciando-se o poder da memória e das tradições para a sua manutenção.

Contudo, tem-se que, no processo de urbanização das sociedades com atividades predominantemente comerciais e industriais – especialmente nos países desenvolvidos e nos grandes centros urbanos dos países subdesenvolvidos –, há uma perda sistemática desses canais memoriais. Assiste-se ao nascimento da nação, constroem-se novas indústrias e edifícios e, em contrapartida, perdem-se os espaços de socialização típicos da cultura popular, tais como praças e igrejas, típicas moradas da “memória verdadeira”, tal como reconhecida por Nora (1993).

Então, num processo de luta contra essa “memória verdadeira”, tentando-se evocar uma nova memória coletiva é que passam a ser criados e naturalizados monumentos¹⁰, heróis nacionais, bandeiras etc. Enfim, tentam-se construir símbolos que possam, supostamente, refletir a identidade de todo um povo, no processo de construção da nação. A identidade popular, entretanto, é construída por meio de mitos, ritos e diversas outras experiências de caráter afetivo, marcadas pela celebração de características comuns a esse povo, transmitidas através das gerações, não sendo institucionalizada. Essa “memória inventada”, institucionalizada – e, não raro, estimulada pelo Estado – trata-se, na verdade, de uma memória-prótese, mero simulacro das manifestações características da cultura popular. Aqui, tem-se a História oficial tentando construir a pretensa “memória” da nação.

“Ilhada” entre novos prédios e indústrias e limitada pela aceleração do tempo promovida pela noção de progresso, a memória cede lugar e é conquistada pela História. Não se vive mais o tempo presente, mas sim se “registra um passado” ao qual se intenta conferir relações de verdade e autenticidade. Nesse processo, tem-se a transformação das *sociedades de memória* em *sociedades de História*, em que estas surgem pela perda progressiva dos meios de memória. Freitas (2009) defende a ideia de que as sociedades de História, na verdade, seriam *sociedades de arquivo*. Nesse caso, seriam criados “estoques de memória” que criariam um sistema de legitimação e institucionalidade entre os integrantes de determinada sociedade, o que, no entanto, não explicita as relações de seleção e de poder quanto à autoria desses registros.

Pierre Nora reconhece o processo de “historicização” de algumas sociedades como a criação da chamada História-Memória, ou seja, uma História com função histórico-memorial. Neste caso, constitui-se um pretense “passado glorioso” de uma nação, no processo de construção de uma “identidade nacional”. Este processo verifica-se de forma mais nítida, pela primeira vez, na França pós-Revolução Francesa, em que o novo regime instituído percebe a necessidade de tentar “apagar” os registros existentes da ordem política até então dominante.

Aqui, cabe fazer um breve registro histórico da utilização dos arquivos. Na Antiguidade e na Idade Média, os arquivos eram utilizados em caráter probatório às ativida-

¹⁰ Dentre os quais podem ser destacados os arquivos.

des dos reinos existentes. Não era raro os arquivos possuírem caráter sigiloso, de acesso extremamente restrito, dependendo, quase sempre, da aprovação dos monarcas para a consulta a esses documentos. Ademais, na Idade Média, tais documentos eram considerados de propriedade real (VIVAS MORENO, 2004).

Em contraponto a esse estado de inacessibilidade dos arquivos e no contexto da inserção de uma nova ordem política instaurada pela Revolução Francesa, surge a necessidade de se criarem instituições arquivísticas abertas ao público para custodiarem os *documentos-monumentos* surgidos da História-Memória, do intuito de se promover uma pretensa “memória nacional”. Tem-se que o surgimento dessas instituições, “como hoje as identificamos, iniciou-se com a criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França” (JARDIM e FONSECA, 2008, p. 127).

É nesse momento histórico em que se percebe a História surgir por meio dos arquivos, criando uma aura de memória nacional sobre alguns dos que pudessem ser considerados como mais “representativos” daquela nova ordem política. Ou seja, a História é inventada para que possa inventar a história da Nação. Reconhece-se que “a partir do séc. XIX, no interior do projeto de Estado Nacional, desenham-se concepções de memória e inventam-se tradições para uma nação que reserve um passado comum aos seus integrantes” (JARDIM e FONSECA, 2008, p. 127).

Aqui, destaque-se a criação do Arquivo Nacional, em 1838. Sintoma do triunfo do binômio documento-História e da institucionalização da memória nacional, originou-se na esteira de um projeto positivista de escrita para a História, na intenção desta se instituir como ciência (COSTA, 2000).

É muito importante reconhecer que, nesses moldes, a construção desse patrimônio documental reveste-se de valor político, posto que tende a refletir antes as escolhas institucionais do que propriamente da sociedade interessada. Nesse processo, torna-se difícil o emprego de “critérios científicos” que balizem a formação do que será considerado como patrimônio nacional. Por conseguinte, também é fundamental considerar que, “como tal, o patrimônio é *político por natureza*” (MENEZES, 1992, p. 191 apud JARDIM e FONSECA, 2008, p. 127, grifos no texto original).

Nesse processo de criação de uma “História ufanista”, havia, na verdade, uma *monumentalização* desses arquivos. Na primeira metade do século XIX, a História passa a utilizar os arquivos de forma instrumental, como as principais fontes de informação para o

seu desenvolvimento como ciência. Com a “nação” construída, a História passa a se revestir do “caráter científico”, haja vista seu caráter laicizante e de representação do passado.

Logo, não foi por acaso que, na França do século XIX, pôde-se perceber o primeiro momento de construção de conhecimento arquivístico impulsionado por esse movimento histórico. Referimo-nos aqui ao conceito de *princípio da proveniência*, formulado pelo arquivista francês Natalis de Wailly em 1841, em plena efervescência do uso de arquivos como fontes de informação para a pesquisa histórica. Segundo Duchein (1986, p. 14), este princípio “consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos [...] provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica”. Cabe ressaltar que o referido princípio aplicava-se, inicialmente, apenas aos arquivos permanentes.

Nesse processo de apropriação dos arquivos para a construção da ciência histórica, acaba surgindo um panorama muito favorável para que os Estados nacionais tentem criar uma aura de memória nacional a seus monumentos. Dentre estes, as chamadas instituições de memória – dentre as quais incluem-se os arquivos¹¹ que, desde o século anterior e em escala ainda maior a partir de então, transformam-se em pretensos depositários dessa memória nacional. Nora (1993, p. 15) considera que “a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”.

Pode-se dizer que tal paradigma História-Memória foi predominante na área arquivística¹² até a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, com a colaboração de outros elementos, como o fim do uso exclusivo dos arquivos para a pesquisa histórica, a criação do conceito de gestão de documentos e a emergência do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, percebem-se outras visões, observadas por meio de uma revisão

¹¹ Aqui, os arquivos devem ser referidos em toda sua polissemia, caracterizados seja como a instituição arquivística ou como o suporte (i)material, equivalente, *lato sensu*, ao conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos e armazenados por uma instituição ou pessoa física.

¹² Tal movimento é mais evidente na Europa e em países cuja construção do conhecimento arquivístico inspirou-se nos moldes europeus, dentre os quais o Brasil pode ser incluído.

de literatura, relacionando o tema “memória” à Arquivologia a partir daí, a saber: memória social, memória institucional, memória tecnológica e memória discursiva¹³.

4 A MEMÓRIA NA TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA: UM BREVE REGISTRO HISTÓRICO

Pode-se considerar que, desde a Antiguidade até a Idade Média, o uso dos arquivos era considerado por um viés tipicamente administrativo. De modo geral, não se vislumbrou durante todo esse período a utilização memorial dos arquivos, podendo-se de forma resumida destacar construções como: a ligação dos arquivos à estrutura administrativa de um órgão, o caráter probatório dos arquivos, sujeitos a regulamentação jurídica e arquivos como instrumentos de poder (SILVA, 2002; VIVAS MORENO, 2004).

A Revolução Francesa inaugura uma nova época no tratamento dos arquivos. Nesse período, construiu-se uma situação que inaugurou a criação de uma função histórico-memorial junto aos arquivos.

A criação do Arquivo Nacional francês desencadeou um processo de *monumentalização* dos arquivos, objetivando forjar uma memória nacional representativa daquela sociedade. Franco e Bastos (1986, p. 1 apud FONSECA, 2005, p. 40) reconhecem que “historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos estados nacionais [...]”. O processo de *patrimonialização* dos arquivos, além do caráter político mencionado por Jardim e Fonseca (2008), também reflete a associação construída mais estreitamente entre a História e a Arquivologia durante o século XIX.

O processo de centralização de todos os documentos produzidos por uma mesma administração (que culminou na formulação do princípio da proveniência, contribuição teórica básica para a área arquivística até hoje), juntamente à necessidade de se instituir uma nova ordem política na França, contribui para criar uma nova função aos arquivos. O caráter probatório atribuído a esses documentos dá lugar à necessidade de se inventar uma nova memória nacional que “apagasse” os símbolos do Antigo Regime.

¹³ A despeito do desenvolvimento dessas visões de memória não ser objetivo deste trabalho, é importante reconhecer a existência das mesmas, pela possibilidade de apontar e problematizar novos caminhos para o estudo da memória na área arquivística.

É importante observar aqui que, até esse período histórico, destacavam-se os temas políticos relacionados ao Estado e ao poder. A partir da Revolução Francesa, inclui-se a temática do “público”, decorrente do processo de criação das instituições arquivísticas e de seu acesso aberto a todos os cidadãos. Essa nova temática contribui para uma nova concepção sobre os arquivos e a própria Arquivologia que se reflete até os dias atuais de forma relevante no Brasil, qual seja: arquivos como parte da estrutura de poder integrante do aparelho de Estado.

Também não se pode esquecer do desenvolvimento do Positivismo durante o século XIX, que se relaciona de perto com a criação desse novo paradigma histórico referente aos arquivos para ajudar a conferir um “caráter científico” à então nascente ciência histórica. Servindo como base instrumental para a pesquisa histórica, tem-se que, nessa época, há um “desenvolvimento do Positivismo de matriz intelectual alemã, preconizando a verificação documental como método ao serviço da análise histórica, vem contribuir para que os arquivos adquiram uma posição instrumental relativamente à Paleografia e a Diplomática [...]” (SILVA, 2002, p. 108).

Ademais, a concepção de documentos arquivísticos como “autênticos” e “verdadeiros” para a pesquisa histórica traz diversas consequências. Além de se considerar um movimento de sobreposição das Sociedades de Memória pelas Sociedades de História, contribui para a naturalização das características dos documentos de arquivo com pretensões de verdade, o que se reflete até os dias atuais no processo de construção do conhecimento arquivístico¹⁴.

Com a explosão documental verificada a partir da Primeira Guerra Mundial, surgem os primeiros estudos, nos Estados Unidos e no Canadá, objetivando o tratamento dos documentos arquivísticos com aspectos de economia e eficácia.

É somente após a criação da escola dos *Annales* que a História deixou paulatinamente de utilizar os arquivos como fontes exclusivas de pesquisa. Criou-se um movimento de crítica dessas fontes como subsidiárias de um “caráter científico” atribuído à História. Tal fato histórico contribui – ainda que de forma não muito significativa – para o processo de autonomização da Arquivologia em relação à História. A primazia da função his-

¹⁴ Haja vista a aceitação ampla e pouco problematizada das características que supostamente apontariam questões quanto à “naturalidade” e “imparcialidade” do documento arquivístico.

tórico-memorial na Arquivologia somente muda após a Segunda Guerra Mundial, com a criação do conceito de gestão de documentos, por questões de economia e eficácia, no mesmo momento histórico em que, pelas mesmas questões, cria-se a CI.

A partir de então, as discussões acerca da memória e da história associadas à Arquivologia tornam a assumir caráter periférico (exceto em países europeus com forte tradição histórica, como a França), somente voltando a ganhar maior relevância após o surgimento da denominada *Arquivologia pós-moderna* (ou *pós-custodial*). Tal abordagem renovadora para o campo arquivístico, de viés sociocultural, pode ser verificada por meio de propostas do canadense Terry Cook para promoção da memória social, compreendendo os arquivos dentro de relações envolvendo jogos de poder na produção de documentos arquivísticos, sendo considerada por Araújo (2013) uma perspectiva crítica¹⁵ na Arquivologia.

Quanto à presença de uma função histórico-memorial nos arquivos brasileiros, Medeiros (2011) reconhece que o início da construção de um patrimônio histórico relacionado a acervos arquivísticos – considerado pelo autor como *patrimônio arquivístico*¹⁶ – no Brasil é contemporâneo ao processo de monumentalização dos arquivos verificados após a Revolução Francesa. O entendimento acerca desse patrimônio “começou com a ideia de uma escrita de história para o país ainda no século XIX” (MEDEIROS, 2011, p. 36), ocorre graças à atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A percepção da presença da função histórico-memorial junto aos arquivos brasileiros passa, também, pelo reconhecimento legal do que seja considerado patrimônio histórico. Nessa situação, pode-se verificar o Decreto-Lei nº 25, de 1937, o qual, possivelmente por influência da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Cultural (SPHAN, atualmente IPHAN), “organiza a proteção do patrimônio histórico [e que], mesmo não citando a

¹⁵ Conforme Araújo (2013, p. 69), “a perspectiva crítica refere-se a um amplo movimento do pensamento nas várias ciências humanas e sociais. Sua postura epistemológica básica é a dúvida, a suspeição que a realidade tenha uma existência nela mesma, e também a ideia de que é o conflito, e não a integração, que estrutura a realidade humana.”

¹⁶ Optou-se pelo uso da expressão “patrimônio histórico relacionado a acervos arquivísticos” no texto, já que não se conseguiu localizar o uso da expressão “patrimônio arquivístico” no século XIX. Em relação a este tipo de patrimônio, observe-se seu significado em importante obra de referência organizada pelo Arquivo Nacional, verificando-se sua pertinência à aplicação de uma função histórico-memorial nos arquivos: “conjunto dos arquivos (...) de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 129, grifos no texto original)

palavra arquivo, engloba e coloca em evidência a ligação de bens que sejam relevantes para a história do Brasil” (MEDEIROS, 2011, p. 36).

É importante dizer que esses bens eram relacionados predominantemente à cultura erudita, sendo esta considerada uma posição elitista que só começa a mudar a partir da década de 1970, quando as discussões acerca da política cultural brasileira apontam para uma maior democratização dos bens culturais brasileiros. Tal situação começou a acontecer com a criação do Conselho Federal de Cultura, no final da década de 1960, no qual este órgão ampliou a noção de patrimônio cultural, tornando-a mais democrática e aberta a manifestações culturais regionais (CALABRE, 2007). Contudo, as ações das políticas culturais para os arquivos eram bastante tímidas à época, e continuam possuindo alcance limitado nos dias atuais.¹⁷

Tem-se que a atual Constituição Federal brasileira continua a referendar o valor histórico de um bem, ainda que reconhecendo manifestações típicas da cultura popular. Influenciada pela ampliação do que se considerava como patrimônio – em que houve a inclusão nessa categoria, por exemplo, de documentos, festas e religiões populares, por meio de eventos como a criação da antiga Fundação Nacional Pró-Memória (GONÇALVES, 1988) –, confere significação cultural ao patrimônio brasileiro (cf. MEDEIROS, 2011, p. 37), conforme se depreende da leitura do seu Art. 216, caput e incisos II e IV:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] II – os modos de criar, fazer e viver; [...] IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (BRASIL, 1988).

Ainda que se dê um atributo cultural ao patrimônio brasileiro, este continua a possuir significação histórica, passível da necessidade de sua legitimação por agentes políticos. Em relação ao patrimônio arquivístico brasileiro, tem-se que a possível evocação de uma função histórico-memorial apresenta-se primordialmente em seus arquivos permanentes.

¹⁷ Como se pode observar, inclusive, no Plano Nacional de Cultura – elaborado pelo Ministério da Cultura – e de suas respectivas Metas. Nestes documentos, relaciona-se cultura a áreas e temas como educação, biblioteca, patrimônio cultural, mas muito raramente com arquivo. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

Contudo, o que acaba ocorrendo, via de regra, é um processo de naturalização e de *monumentalização* dos respectivos acervos desses órgãos e, ainda, a promoção da “memória” de seus (ex-) dirigentes sob a alcunha de *memória institucional*, o que, na verdade, mais caracteriza a promoção de uma memória-prótese daquela instituição e, mais ainda, a seleção de determinadas memórias em detrimento de outras, em nome de uma pretensa legitimidade destes influentes agentes por meio da história institucional.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE “SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO”

As origens discursivas da noção de *sociedade da informação* inserem-se no bojo das discussões acerca da pós-modernidade. Tal noção filia-se a um espectro ideológico que instrumentaliza a informação e o conhecimento (que passam a ser os valores em voga da sociedade compreendida como pós-industrial), atribuindo-lhes um caráter utilitarista, sempre apoiado pelo crescente desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Esse caráter instrumental é discursivamente introduzido por alguns autores como Daniel Bell e Masuda como um processo de *revolução tecnológica*.

A criação da noção de *sociedade da informação* é imprecisa (final dos anos 60 ou início dos anos 70). Freitas (2002) mostra que a expressão *sociedade da informação* fora utilizada tanto por cientistas norte-americanos quanto pela comunidade acadêmica japonesa.

Independente da origem que possa ser considerada como mais plausível, importa ressaltar que a noção de *sociedade da informação* para os autores anteriormente citados refletiria uma nova fase capitalista, simbolizada pela transição de uma economia industrial para outra, centrada em serviços, em que a produção e disseminação da informação seria transformada na principal força motriz do capitalismo.

Bemfica, Cardoso e Faria (2003) afirmam que o desenvolvimento de tal noção em âmbito internacional intensificou-se a partir de fins da década de 1970, refletidos na atuação de fóruns – como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE) e o G7¹⁸ –, onde, sintonizado com os ideais neoliberais, associa-se “à conformação de um contexto em que os interesses do mercado, mais especificamente os interesses das grandes corporações, definem os rumos dos estados nacionais” (BEMFICA, CARDOSO e FARIA, 2003, p. 187-188).

Ainda segundo estes autores, o ápice das articulações político-econômicas para a conformação de uma pretensa *sociedade da informação* deu-se a partir da década de 1990. Nessa época, realizaram-se diversos eventos – tais como, em 1994, a “ITU World Telecommunications Development Conference” e, em 1995, a “G7 Information Science Conference” (BEMFICA, CARDOSO e FARIA, 2003, p. 188) – no intuito de se criar uma infraestrutura de informação, com forte ênfase em seus aspectos tecnológicos.

Após análise de documentos resultantes desses eventos, restou configurado que o papel do Estado estaria relacionado à desregulamentação dos mercados (em especial o de telecomunicações) e de facilitador do consumo de tecnologias, em um movimento considerado como um “processo de privatização do espaço público” (BEMFICA, CARDOSO e FARIA, 2003, p. 195). Houve reflexos dessa noção de *sociedade da informação* no Brasil, tanto na produção de conhecimento científico quanto na formulação de iniciativas governamentais, conforme se verá a seguir.

No Brasil, houve esforços do governo FHC para que a noção de *sociedade da informação* – com um viés tecnoeconômico já predominante à época – fosse adotada como uma política pública de informação em âmbito nacional. Tais esforços culminaram na criação, no ano 2000, do *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*. Este livro foi produzido após esforços concentrados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) desde 1996, dentro da perspectiva da implantação, nesse governo, do *Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação* (RODRIGUES, SIMÃO e ANDRADE, 2003, p. 92).

Tal programa, porém, não se efetivou, sendo posteriormente substituído por iniciativas governamentais de incentivo ao financiamento para aquisição de bens de informática. Esta decisão política vai ao encontro do que Bemfica, Cardoso e Faria (2003) apontam como um dos *novos papéis* do Estado na *sociedade da informação*, qual seja, a indu-

¹⁸ O G7 consistia à época no conjunto dos países com maior participação na economia mundial, quais sejam: Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Japão. Atualmente, é denominado “G8”, pela inclusão posterior da Rússia a esse bloco de países.

ção do consumo das tecnologias de informação e comunicação, com vistas à dinamização da economia informacional.

Salek e Freitas (2011) categorizam a noção de *sociedade da informação* entre as perspectivas histórico-sociológicas “emergentes” no discurso do campo informacional. Nesta perspectiva, o discurso desenvolvimentista – típico entre as perspectivas histórico-sociológicas “tradicionais” – é superado pelo dos *novos tempos*, de características marcadamente econômico-gerenciais, refletido em expressões tais como *gestão da informação*, *gestão do conhecimento*, *inteligência competitiva* etc.

Estas autoras também apontam a evolução quantitativa do recorte temático-discursivo associado à *sociedade da informação* – sintoma do discurso dos *novos tempos* – a partir da análise dos títulos de trabalhos publicados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs), entre 1994 e 2010 e na base BRAPCI, entre 1972 e 2010. Observou-se rápida ascensão de tal recorte nos ENANCIBs a partir do final da década de 1990, apresentando seu auge no ano 2000 e, a partir de então, alternando momentos de maior ou menor frequência neste evento científico. Na base BRAPCI, este recorte aparece somente em meados da década de 1990, verificando-se seu ápice no campo informacional – de modo bastante destacado – no ano 2000, havendo um sensível decréscimo e relativa estabilização a partir desse ano.

A partir destas questões, buscou-se observar se a noção de *sociedade da informação* impactou na produção de conhecimento arquivístico brasileiro em artigos científicos, enfatizando-se neste artigo apenas os relacionados à função histórico-memorial.

6 RESULTADOS

Para a construção do campo empírico deste trabalho, procedeu-se a levantamento na base de dados BRAPCI e nos periódicos *Acervo*, *Estudos Históricos* e *Arquivo e Administração* (este último, consultado quando não encontrados artigos na BRAPCI referentes a ele).

Com base nos termos informados na metodologia, pode-se observar melhor o quantitativo destes encontrados na tabela 1 a seguir. Os totais de cada termo referem-se ao número de artigos com temática arquivística em que esses termos foram encontrados na base BRAPCI e nos periódicos supramencionados. Ressalte-se que, como houve vários

artigos com a presença simultânea de mais de um termo em todos os períodos, a soma dos totais dos termos por período é sempre maior do que o total de artigos recuperados por período. Foi utilizada a divisão em intervalos de dez anos, a partir de 1972, para a confecção da tabela:

Tabela 1 – Frequência dos termos selecionados por período (1972-2011), nos campos “Título”, “Resumo” e “Palavras-chave” nos artigos da base BRAPCI e nos periódicos *Acervo*, *Estudos Históricos* e *Arquivo e Administração*

Termo	1972-1981	1982-1991	1992-2001	2002-2011	Total
Memori...	4	2	6	29	41
Histori...	6	13	6	37	62
Arquiv.../ Archiv...	33	34	39	203	309
Total	36	38	43	217	335

Fonte: Elaborada pelo autor.

Antes de se iniciar a análise referente às funções, serão expostos os resultados referentes aos termos *arquiv...* e *archiv....* Esta abordagem deve-se a características peculiares observadas nestes termos, importantes para o desdobramento dos resultados do campo empírico deste trabalho.

Observou-se que, do total de artigos de temática arquivística, cerca de 44% desses artigos, ou 140 (cento e quarenta), somente utilizavam os termos *arquiv...* ou *archiv...*, o que, por si só, não garantiria a classificação desses artigos como associados à função histórico-memorial¹⁹. Logo, foi necessária a leitura dos campos anteriormente citados para se verificar a eventual existência da função histórico-memorial nesses artigos, recorrendo-se à leitura do texto dos artigos sempre que ainda restassem dúvidas quanto à presença desta função nos artigos.

Dessa forma, chegou-se à seguinte classificação dos artigos localizados apenas com os termos *arquiv...* ou *archiv...*, verificando-se os temas arquivísticos associados e os não associados a esta função:

¹⁹ E também em relação à função administrativo-gerencial, não trabalhada neste artigo.

Quadro 1 – Temas localizados com a existência exclusiva dos termos *arquiv...* e *archiv...* nos campos “Palavras-chave”, “Título” e “Resumo” nos artigos de temática arquivística na base BRAPCI e nos periódicos *Acervo*, *Estudos Históricos* e *Arquivo e Administração*

Função	Temáticas
Histórico-Memorial	Análise do Discurso aplicada à Arquivologia; Relação entre arquivos pessoais e teoria arquivística
Outros	Classificação arquivística (em arquivos pessoais); Temáticas arquivísticas em programas de pós-graduação na área de Ciência da Informação; Formação e espaço profissional e pedagógico do arquivista; Relações entre Arquivologia e Ciência da Informação; Serviço de referência na Arquivologia; Política de informação arquivística; Acesso à informação em arquivos; Descrição arquivística; Visão informacional nos arquivos; Fundamentos teóricos arquivísticos; Bibliografia arquivística; Ação cultural em arquivos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Feita essa classificação, observou-se a presença de 3 (três) artigos que utilizavam uma função histórico-memorial. Os 108 (cento e oito) artigos com outras abordagens foram desconsiderados, chegando-se ao total de 208 (duzentos e oito) artigos como base para a análise qualitativa realizada neste trabalho.

Para a contabilização do total de artigos relacionados a esta função, foram considerados inicialmente os artigos que possuíam os termos *memori...* e/ou *histori...*. Após, foram incluídos os 3 (três) artigos com a utilização exclusiva dos termos *arquiv.../archiv...*

O total de artigos associados à função histórico-memorial pode ser observado no gráfico 1:

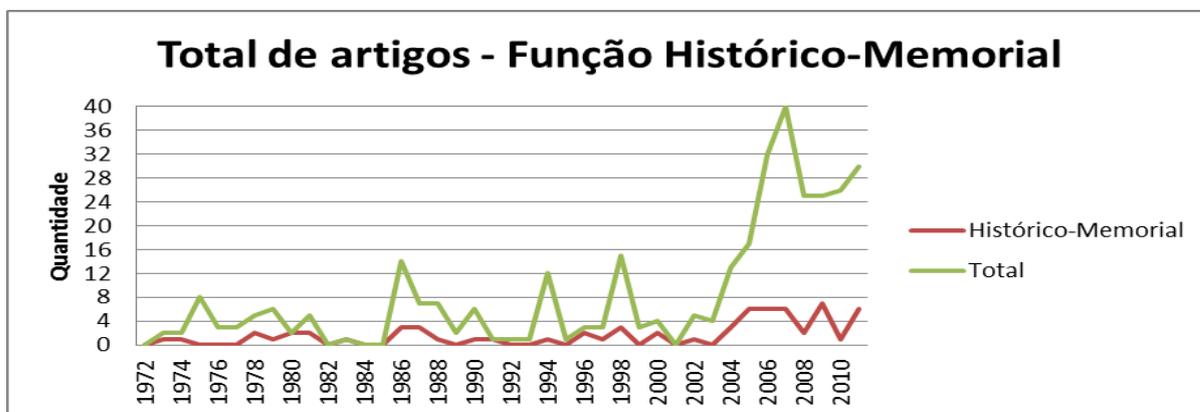


Gráfico 1 – Frequência anual dos artigos de temática arquivística relacionados à função histórico-memorial (1972-2011), na base BRAPCI e nos periódicos *Acervo*, *Estudos Históricos* e *Arquivo e Administração*

Pelo gráfico 1 pode-se observar que a produção de conhecimento arquivístico em artigos científicos relacionados à função histórico-memorial na Arquivologia brasileira possui caráter periférico em relação ao total de artigos de temática arquivística a partir do início do século atual.

Como já visto na tabela 1, a produção de conhecimento arquivístico com a utilização do termo *memori...*, apesar de pequena em termos absolutos – 41 (quarenta e um) artigos no total –, não é desprezível em termos relativos, chegando a pouco mais de 13% da produção levantada neste trabalho, no período entre 1972 e 2011. Este percentual, se comparado ao percentual indicado por Oliveira e Rodrigues (2011) para os artigos científicos do campo informacional que possuem como temática a memória entre 1972 e 2005 – de apenas 1,17% do total –, pode ser considerado como bastante significativo. Tal constatação pode indicar o peso bem maior originalmente conferido à memória – e, por que não, à sua ligação com a História – como objeto importante no processo de produção de conhecimento arquivístico.

Verificou-se a existência de vários artigos com a presença simultânea dos termos *memori...* e *histori...*. Somando-se esses artigos com aqueles que utilizavam somente os termos *arquiv.../archiv...* associados à função histórico-memorial, chegou-se a um total preliminar de 87 (oitenta e sete) artigos.

Contudo, após uma leitura mais atenta dos termos recuperados, desconfiou-se da utilização retórica de alguns desses termos, ou seja, a sua utilização nos campos “Palavras-chave”, “Título” e/ou “Resumo” não corresponderia a uma consequente problematização desses termos nos artigos.

Verificada essa situação, procedeu-se à leitura do texto completo dos artigos que suscitaram tal dúvida. Após a leitura desses artigos, verificou-se que, de fato, 21 (vinte e um) artigos não possuíam a função histórico-memorial como tema a ser tratado, restando-se, ao final, 66 (sessenta e seis) artigos em que se verificou a mobilização de uma função histórico-memorial nos arquivos. O quadro 2 mostra em quais casos houve a exclusão dos termos *memori...* e *histori...* do total de artigos com função histórico-memorial, bem como os motivos para a exclusão do campo empírico:

Quadro 2 – Sentidos excluídos da função histórico-memorial e os motivos para a exclusão dos respectivos artigos do campo empírico, com base nos artigos recuperados com a utilização dos termos *memori...*, *histori...* e os termos *arquiv...* e *archiv...* apontados no **Quadro 1**, nos campos “Palavras-chave”, “Título” e “Resumo” na base BRAPCI e nos periódicos *Acervo*, *Estudos Históricos* e *Arquivo e Administração*

Termos	Motivos
História	<ul style="list-style-type: none"> - Uso não relacionado à função histórico-memorial, como em “história da fotografia” ou quando fala da história da organização das universidades e do surgimento dos arquivos; - Uso não aprofundado no texto, como em “História administrativa” em um artigo sobre gestão arquivística; - Uso não aprofundado quando fala em “história da entidade”, em artigo referente à descrição arquivística; - Apesar da presença do termo na expressão “história da instituição”, não há o seu aprofundamento no texto.
Historiadores	<ul style="list-style-type: none"> - Uso não aprofundado no texto, em artigo que fala sobre serviço de referência.
Historial	<ul style="list-style-type: none"> - Uso em espanhol do termo “histórico(s)”, como em “historial del paciente”.
Histórica	<ul style="list-style-type: none"> - Uso não relacionado à função histórico-memorial, como em “evolución histórica de los términos” ou “formação do arquivista numa perspectiva histórica”.
Historicista	<ul style="list-style-type: none"> - Apesar da presença do termo na expressão “paradigma historicista”, não há o seu aprofundamento no texto.
Histórico(s)	<ul style="list-style-type: none"> - Quando utilizados no sentido de origem de algo, como em “aspectos históricos do tema dos arquivos médicos”; - Quando utilizados apenas para qualificar determinada ação, como em “análises estruturais e históricas para verificar a organicidade [...]” em artigo que relaciona Arquivologia e análise de domínio; - Uso retórico verificado na expressão “bens culturais e históricos”.
Memória	<ul style="list-style-type: none"> - Uso retórico verificado, por exemplo, no termo “memória institucional”; - Nome de local em que não se verificou nenhuma referência à função histórico-memorial no texto, por exemplo, em “Centro de Memória Universitária”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Feitos os devidos recortes, passaremos a apresentar os aspectos que denotam a presença de uma função histórico-memorial nos arquivos na produção de conhecimento arquivístico brasileiro.

Para se analisar tais aspectos, procedeu-se primeiramente à seleção de artigos, na forma já descrita na metodologia utilizada neste trabalho. Utilizando-se este método,

foram selecionados 20 (vinte) artigos para a análise qualitativa. Cabe ressaltar que, longe de se querer esgotar as possibilidades de caracterização da função histórico-memorial nos arquivos brasileiros, buscam-se indícios que apontem por quais caminhos se constrói o conhecimento arquivístico brasileiro associado a esta função.

Utilizando-se os marcos temporais indicados na metodologia, chegamos às seguintes estruturas argumentativas para caracterizar cada um dos períodos sob a presença de uma função histórico-memorial nos arquivos:

a) 1972 a 1999

- **Arquivo e História** - Arquivos como fontes monumentalizadas de documentação histórica (inclusive os privados);
- **Memória Nacional** - Arquivos como patrimônio da cultura, memória e história nacionais, preservação do patrimônio histórico nacional para recuperação da memória nacional e construção dos Arquivos Públicos como parte do projeto de Estado Nacional;
- **História-Memória e lugares de memória** - Construção da “memória arquivística”: relação com a História-Memória, e menção aos conceitos de lugares de memória e de meios de memória;
- **Arquivo e Instituições Públicas** - Arquivos para recuperação da memória do Estado.

b) 2000 a 2011

- **Arquivo e História** - Documento de arquivo como construtor da história nacional e para a legitimação do Estado e seu “caráter monumental”, arquivo público como *lugar de história*, caracterização da História como memória racionalizada e estruturada e construção da ideia de patrimônio arquivístico associada a uma concepção de história, refletindo-se na ligação ao valor histórico dado a um bem (documento arquivístico);
- **Memória e História** - Oposição entre memória e História, em que se reconhece que esta não permite a narrativa de lembranças de um grupo social, e definição sobre patrimônio arquivístico: ligação com os campos de disputas da memória por meio dos valores de rememoração desse patrimônio, influenciando na construção do que é considerado como patrimônio histórico;
- **Memória Nacional** - Utilização dos acervos arquivísticos para construção e preservação da memória como patrimônio histórico e cultural da Nação;

- **Arquivo, memória e esquecimento** - Escrita como suporte externo de memória, com a formação do arquivo como registro dos eventos dignos de memorialização, instituindo tais eventos, documento de arquivo como instrumento simultâneo de memória e de esquecimento e noções de patrimônio, memória e tradição associadas aos arquivos refletindo na influência dos processos de lembrança e de esquecimento sobre os arquivos.

No período entre 1972 e 1999, grande parte da produção de conhecimento arquivístico no contexto de uma função histórico-memorial gira em torno da noção de História-Memória e da ligação entre arquivos, História e Estado.

No primeiro caso, podem ser destacados a *monumentalização* de arquivos e a invenção de tradições na construção da memória e identidade nacionais no processo de construção de Arquivos Públicos dentro de um projeto de construção da Nação. Ambos são utilizados no intuito de forjar a memória e a história nacionais, objetivando criar uma pretensa identidade nacional.

No segundo caso, destacam-se o uso de arquivos como fontes *monumentalizadas* de documentação histórica e a utilização de arquivos para recuperação da memória do Estado. Contudo, aqui percebe-se que, na verdade, pretende-se contar a *história* do Estado a partir dos arquivos.

Quanto ao século XXI, observa-se maior variedade temática na mobilização de uma função histórico-memorial nos arquivos. Mesmo as perspectivas mais encontradas, quais sejam, as que se referem aos conceitos de Nora e a ligação entre arquivos e História, mostram-se sob diferentes aspectos. Desses aspectos, podem-se destacar: a maior utilização de arquivos pessoais – ressaltando-se, porém, a aplicação de fundamentos teóricos arquivísticos em seu uso – e a definição de patrimônio arquivístico sob uma perspectiva cultural, mesmo que se referindo às disputas sobre a memória que remetem à formação da História-Memória.

Em relação à presença do termo *sociedade da informação* nos artigos com temática arquivística, foram recuperados 21 (vinte e um) artigos com temática arquivística no período entre 1998 e 2011 (sendo apenas um artigo anterior ao ano 2000), utilizando-se dos procedimentos descritos na metodologia para pesquisa do termo. Destes, apenas 3 (três) estavam relacionados à função histórico-memorial, sendo expostas as citações a este termo no quadro 3.

Quadro 3 – Relação de autores e análise das citações ao termo *sociedade da informação* nos textos dos artigos relacionadas à função histórico-memorial, na base BRAPCI e nos periódicos *Acervo*, *Estudos Históricos* e *Arquivo e Administração*

Autor	Análise das citações
RODRIGUES (2011) ²⁰	<p><u>Uso relativizado do termo:</u> “A questão do acesso aos arquivos é emblemática da maneira pela qual governos supostamente democráticos, engajados em programas de inserção na denominada “sociedade da informação” tratam as informações de natureza pública [...]” (p. 257, grifos nossos)</p> <p><u>Uso do termo colocado em questão:</u> “Num país em que os arquivos não são prioridade (nem mesmo constavam do Livro Verde da “Sociedade da Informação”), o que se viu nos últimos tempos em todas as investigações conduzidas pelas CPIs foi uma profusão de documentos [...]” (p. 263, grifos nossos)</p>
BARROS; NEVES (2009) ²¹	<p><u>Uso naturalizado do termo:</u></p> <p>“A sociedade da informação é um fenômeno universal, fruto do desenvolvimento da Pós-Modernidade.” (p. 55, grifos nossos)</p> <p>“A sociedade da informação tem como eixo uma nova e hegemônica concepção de desenvolvimento: a produção de conhecimento em um cenário de múltiplas interpretações por parte de seus atores sociais.” (p. 56, grifos nossos)</p> <p>“O arquivo torna-se parte constitutiva da sociedade da informação por buscar uma atuação em consonância com as tendências científicas e tecnológicas da sociedade [...]” (p. 56, grifos nossos)</p> <p><u>Uso não problematizado do termo:</u> “Observa-se [...] que a memória se apresenta como uma questão necessária na “sociedade da informação” visto que atua como representação de fragmentos que mantêm uma coletividade e que permitem a edificação e a legitimação de uma identidade social [...]” (p. 58, grifos nossos)</p>
VIVAS MORENO (2004)	<p><u>Uso não problematizado do termo no título de um capítulo, e não relacionado à noção de <i>sociedade da informação</i> no restante do texto:</u> “La Archivística integral en la sociedad de la información” (p. 87, grifos nossos)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os artigos relacionados à função histórico-memorial não chegam a citar o termo *sociedade da informação* de modo crítico, havendo, no máximo, relativizações à noção de *sociedade da informação* e mesmo um caso de adesão acrítica à esta noção. Devido ao

²⁰ RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil – um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011.

²¹ BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. *Transinformação*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr., 2009.

viés tradicionalmente mais reflexivo dos artigos associados a esta função, tal constatação não deixa de ser surpreendente.

Deve-se ressaltar que, a todo tempo, há uma relação da memória – incluída na categoria cultural (SALEK e FREITAS, 2011) – com o Estado, o poder, o público e/ou o social/sociedade – temas de fundo político – a serem bem observados para a devida caracterização da função histórico-memorial nos arquivos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência da função histórico-memorial na produção de conhecimento arquivístico brasileiro ainda se mostra predominantemente de forma bastante tradicional, caracterizada principalmente pela associação à História-Memória e pouco receptiva ao discurso sobre a *sociedade da informação*. Por sinal, preocupa a utilização retórica dos termos *memória* e *história*. Deve-se observar de forma cautelosa quando esses termos eventualmente são justificados para se promover a reificação de acervos arquivísticos tidos como “relevantes” para a história institucional ou nacional. Esta situação parece atualmente buscar uma justificativa política no dispositivo do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) que valora interesse público social a acervos privados – leia-se de personagens tidos como relevantes para a História nacional, regional ou local.

Em relação a esta função, deve-se observar se questões associadas à área arquivística na atualidade, tais como as novas visões da memória nos arquivos trarão subsídios importantes para verticalizar a produção desnaturalizada de conhecimento arquivístico brasileiro associada a tal função.

Pode-se considerar que as questões envolvendo a memória na Arquivologia brasileira sugerem processos de silenciamento. Tal impressão é reforçada pelo “apagamento” das temáticas histórico-memorais (e a um uso retórico significativo destas temáticas) quando verificada a sua proporção total na área arquivística, conforme evidenciado no gráfico 1. Conseqüentemente, deve-se observar que “em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29).

É bastante preocupante a redução da temática histórico-memorial na área arquivística. Tal possibilidade, paradoxal por si só – haja vista as fortes relações entre arquivo e memória –, sinaliza a necessidade política do profissional arquivista em trabalhar como *promotor de memórias* junto à sociedade e sua respectiva riqueza de nuances.

Sem *tecnofobia*, mas também sempre reflexivo quanto à sua atuação crítica perante a sociedade: eis o desafio do arquivista e, também, do campo arquivístico brasileiro no século atual, na necessidade de cumprir sua função social de tornar inteligíveis e acessíveis os acervos arquivísticos. Deve-se pensar em trabalhos de ação cultural sobre tais acervos que estimulem a promoção da cidadania e o senso crítico dos usuários que os visitam, inserindo-os em sua realidade. Por fim, é desejável que tal trabalho possa se traduzir em conhecimento científico desnaturalizado que venha a qualificar melhor as relações entre arquivo, história e memória, caminho possível para a promoção da função histórico-memorial no campo arquivístico brasileiro.

THE PRESENCE OF THE HISTORICAL-MEMORIAL FUNCTION IN THE PRODUCTION OF ARCHIVAL KNOWLEDGE IN NATIONAL SCIENTIFIC JOURNALS (1972-2011): (MIS) DIRECTION OF MEMORY AND HISTORY IN THE BRAZILIAN ARCHIVAL SCIENCE

ABSTRACT

Displays memory relations with Archival Science from the perspective of history-memory to analyze the influence of these events on archival knowledge production in Brazil, even before the emergence of the information society notion in the Information Science. It carries out a brief history of the historical-memorial function in the archives, from antiquity to the present day. It uses qualitative and quantitative methodology to check the occurrence of this function on archival knowledge recorded in Brazilian scientific journals, from queries database BRAPCI and periodics *Acervo*, *Estudos Históricos* e *Arquivo & Administração*. It concludes that the historical-memorial function has peripheral importance in the Brazilian Archival Science, especially after 2000.

Keywords: Brazilian archival science. Memory. History. Historical-memorial function. Archival knowledge. Information society.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Avila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 61-82, mai./ago. 2013. ISSN 1518-2924.

BEMFICA, Juliana do Couto; CARDOSO, Ana Maria Pereira; FARIA, Carlos Aurélio P. de. 'Sociedade da Informação': estratégia para uma 'sociedade mercadorizada'. **Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 185-204, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CALABRE, Lia. A cultura e o Estado: as ações do Conselho Federal de Cultura. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231.

DUCHEIN, Michel; LEITE, Maria Amélia Gomes (trad.). O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arq. e Adm.**, Rio de Janeiro, v.10-14; p.14-33, abr. 1982/ago. 1986.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 124 p.

FREITAS, Lídia Silva de. A memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. **Inf. e Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002, p. 1-23.

_____. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus** – Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, n. 14, p. 58-73, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, dez. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163/1302>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

JAPIASSU, Rodrigo Costa. **Produção de conhecimento arquivístico em periódicos científicos brasileiros**: um olhar crítico sobre as questões da memória e da sociedade da informação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivo. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 121-140.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n.1, jan./jun. 2011, p.35-45.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez./1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, mar. 2011, Rio de Janeiro, p. 311-328.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Revendo o debate quantidade-qualidade: tendências na pesquisa na Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 53-62, jan./abr. 2003.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SIMÃO, João Batista; ANDRADE, Patrícia Simas de. Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 89-102, set./dez. 2003.

SALEK, Lídia M. C. B.; FREITAS, Lídia Silva de. **Questões em rede**: emergências temático-discursivas do campo informacional brasileiro e internacional – 1968-2010. Niterói: Universidade Federal Fluminense – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. Relatório Final, 2011.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral; FAPERJ, 2010.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 165 f. 1997. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência da

Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística – un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

Trabalho recebido em: 31 out. 2014

Trabalho aceito em: 22 set. 2015
